

Território, Luta e Educação: A Experiência da Escola Agrícola 25 de Maio em Fraiburgo (SC)

 Agatha da Rosa dos Santos¹,  Yuri Lima Perotto²,  Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins³  Carlos José Espíndola⁴

^{1, 2} Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Avenida Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis – SC, Brasil. ^{3, 4} Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Departamento de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO).

Autor para correspondência/Author for correspondence: agatharosasantos@gmail.com

RESUMO. O presente artigo analisa como a Escola Agrícola 25 de Maio, situada no município de Fraiburgo (SC), representa uma importante expressão da luta camponesa por terra, educação e dignidade. Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória dessa instituição como resultado das transformações históricas e sociais do Meio Oeste catarinense, região marcada pela presença dos caboclos, pela chegada dos imigrantes e pelos conflitos do Contestado, que moldaram sua formação socioespacial. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se no método materialista histórico e dialético, com base em levantamento bibliográfico e análise de pesquisas acadêmicas e artigos científicos. Busca-se compreender como a Escola articula trabalho, território e conhecimento na construção de uma educação emancipadora, voltada à realidade dos povos do campo. Conclui-se que a Escola 25 de Maio representa um marco na construção de uma educação voltada à formação crítica, técnica e social dos sujeitos do campo, reafirmando a resistência e o protagonismo das comunidades rurais na busca por um desenvolvimento mais justo e solidário, além de ser um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia.

Palavras-chave: educação no campo, agroecologia, movimento sem terra, desenvolvimento territorial, trabalho e emancipação.

Territory, Struggle, and Education: The Experience of the 25 de Maio Agricultural School in Fraiburgo (SC)

ABSTRACT. This article analyzes how the Escola Agrícola 25 de Maio, located in the municipality of Fraiburgo (SC), represents an important expression of the rural population's struggle for land, education, and dignity. The study aims to examine the trajectory of this institution as a result of the historical and social transformations in the Meio Oeste region of Santa Catarina, a territory shaped by the presence of caboclos, the arrival of immigrants, and the Contestado conflicts, which influenced its socio-spatial formation. The research, of a qualitative nature, is based on the historical-dialectical materialist method, supported by a bibliographic survey and analysis of academic studies and scientific articles. The study seeks to understand how the school articulates work, territory, and knowledge in the construction of an emancipatory education, tailored to the reality of rural communities. It is concluded that the Escola 25 de Maio represents a landmark in promoting education aimed at the critical, technical, and social formation of rural populations, reaffirming the resistance and protagonism of these communities in pursuit of a more just and equitable development, while also serving as an instrument to strengthen family farming and agroecology.

Keywords: education in the countryside, agroecology, landless workers' movement, territorial development, work and emancipation.

Territorio, Lucha y Educación: La Experiencia de la Escuela Agrícola 25 de Mayo en Fraiburgo (SC)

RESUMEN. El presente artículo analiza cómo la Escuela Agrícola 25 de Maio, ubicada en el municipio de Fraiburgo (SC), representa una importante expresión de la lucha campesina por la tierra, la educación y la dignidad. Este artículo tiene como objetivo analizar la trayectoria de esta institución como resultado de las transformaciones históricas y sociales del Medio Oeste de Santa Catarina, una región marcada por la presencia de los caboclos, la llegada de inmigrantes y los conflictos del Contestado, que moldearon su formación socioespacial. La investigación, de naturaleza cualitativa, se fundamenta en el método materialista histórico y dialéctico, basado en un levantamiento bibliográfico y en el análisis de investigaciones académicas y artículos científicos. Se busca comprender cómo la escuela articula trabajo, territorio y conocimiento en la construcción de una educación emancipadora, orientada a la realidad de los pueblos del campo. Se concluye que la Escuela 25 de Maio constituye un hito en la construcción de una educación orientada a la formación crítica, técnica y social de los sujetos del campo, reafirmando la resistencia y el protagonismo de las comunidades rurales en la búsqueda de un desarrollo más justo y solidario, además de ser un instrumento para fortalecer la agricultura familiar y la agroecología.

Palabras clave: educación en el campo, agroecología, movimiento de trabajadores sin tierra, desarrollo territorial, trabajo y emancipación.

Introdução

As organizações sociais do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, O MST, vem desde o fim do século XX protagonizando um processo crescente de articulação e mobilização em torno da luta por direitos fundamentais. Dentre esses direitos, o acesso à educação assume papel central, não só como um mecanismo de inclusão social, mas como elemento estratégico na construção de um projeto pedagógico voltado às especificidades dos povos que vivem no e do campo.

A sociedade brasileira tem visto, nas últimas décadas, o surgimento e a consolidação de inúmeras experiências educativas promovidas em distintas regiões do país, voltadas a comunidades e sujeitos do campo (Caldart, 2000). Essas iniciativas não são eventos isolados, mas resultado de um processo histórico de muita luta, resistência e aprendizagem coletiva, que tem a educação como campo fértil para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel para a democracia e cidadania, capazes de intervir nas realidades que são inseridos (Frigotto, 2010). Dessa forma, a educação se apresenta como prática política emancipatória, comprometida com a busca por justiça social e com a superação das desigualdades estruturais marcante do meio rural no brasileiro.

Esse trabalho pretende analisar como a escola 25 de Maio, em Fraiburgo, expressa a continuidade das lutas sociais e territoriais da região do Contestado e coloca em evidência o papel da educação como forma de resistência e afirmação da identidade camponesa. O artigo apresenta e contextualiza o processo de formação territorial da região, destacando a ocupação pelos caboclos, o conflito do Contestado e os imigrantes europeus. Além disso, buscou-se demonstrar como ocorreu a conquista da terra por parte do MST na região e como é promovido a educação escolar. Foi possível evidenciar a experiência da escola 25 de Maio como manifestação concreta dos processos de territorialização e resistência camponesa, compreendendo de que modo o território, enquanto produto histórico das relações de poder e das lutas sociais, se articula às práticas educativas voltadas à emancipação e à reprodução da vida no campo.

No primeiro momento, será apresentada a Formação Sócio Espacial de Fraiburgo, município localizado no meio oeste catarinense, a qual auxilia a compreensão da interação entre a sociedade e a natureza, e percebe-se os desafios para a inserção populacional na região, primeiramente com os caboclos posseiros e depois com a vinda de imigrantes

europeus. Na intenção de compreender esta interação, parte-se da análise do materialismo histórico, sendo para a concepção marxista, de suma importância conhecer a gênese e desenvolvimento do objeto estudado (análise diacrônica) e sua estrutura e função na organização atual (análise sincrônica). Assim, o trabalho tem uma metodologia qualitativa, de caráter bibliográfica e descritivo-analítico, sendo que para compreender a ocupação da região buscou-se em autores que se debruçaram sobre a temática como Burke (1994), Vieira (1996), Peluso (1991) e outros. Portanto, a pesquisa fundamenta-se em obras teóricas, documentos históricos e produções acadêmicas sobre a formação socioespacial de Fraiburgo (SC) e a experiência da Escola 25 de Maio. A escolha por essa metodologia permite compreender o processo de territorialização e resistência no campo a partir de referenciais críticos, orientando-se pelo método dialético, que busca apreender as contradições e transformações históricas que configuram o território como fruto das relações entre o campo e as forças econômicas, políticas e culturais que o produzem.

Na segunda parte do trabalho é realizado uma discussão acerca da Educação do MST no Brasil e em Santa Catarina, a partir do resgate histórico. Conforme pesquisado, a escola 25 de Maio foi viabilizada e construída em 1987 por diversos agentes como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pela Secretaria de Educação do Estado e pelo Movimento Sem Terra. Isso mostra a necessidade de diversos agentes para colocar a escola em funcionamento e principalmente a reivindicação de assentados de uma proposta por uma escola que promovesse uma educação profissional técnica em agroecologia, uma vez que, viam seus filhos irem embora de casa após completarem o ensino fundamental para o meio urbano. E finalmente, a última parte dessa pesquisa se dedica a apresentar a Escola Agrícola 25 de maio em Fraiburgo e sua contribuição para a educação no campo e para as comunidades da região.

O trabalho demonstra que a Escola Agrícola 25 de Maio, em seu Projeto Político-Pedagógico, promove uma concepção de educação fortemente alinhada à perspectiva marxista, ao integrar o trabalho como elemento central do processo educativo. Ao valorizar o conhecimento técnico, científico e, sobretudo, prático, a escola promove a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos, preparados para atuar no meio rural. Inspirada nos princípios de Freire (1983), que defendem uma educação corajosa em que os educandos refletem sobre a realidade em que vivem e constroem leituras de mundo a partir de suas relações sociais, a escola reforça a articulação entre conhecimentos acadêmicos e saberes

populares, fortalecendo a identidade dos trabalhadores rurais, valorizando a agroecologia e promovendo a justiça social.

Além disso, o PPP da Escola 25 de Maio (2018) recoloca o trabalho como recurso pedagógico e elemento educativo, rompendo com a tendência predominante no início do século XXI de priorizar apenas a instrução teórica. Ao articular experiências de trabalho com práticas escolares, a instituição demonstra que a educação no campo não se limita à transmissão de conteúdos, mas se insere na realidade histórica e social dos estudantes, oferecendo instrumentos para resistir às formas tradicionais de reprodução das relações sociais e anunciar novas maneiras de produzir a terra. Dessa forma, a escola evidencia como o método marxista pode orientar projetos educativos que combinam ensino, cultura, saberes locais e prática laboral, promovendo a emancipação e a transformação social no meio rural.

Formação sócio espacial de Fraiburgo e região

Para compreender a Formação socioespacial de determinada região é necessário aliar essencialmente três fatores: As combinações geográficas (Cholley, 1964) existente entre o quadro natural e humano, delimitando sua unidade e localização espacial, fato este que leva a consideração das múltiplas determinações (Marx, 1983) da relação da sociedade com a natureza, na perspectiva do materialismo histórico e dialético, onde o conceito de modo de produção ocorre sobre uma base territorial e historicamente delimitada e, por fim o conceito de formação social (Santos, 1977) que ajuda a compreender que a relação sociedade e natureza se situa em processos históricos e que suas particularidades são definidas espacialmente e temporalmente.

A partir da análise de geossistema é possível compreender a dinâmica, a estrutura e os processo das paisagens geográficas da região sendo que um zoneamento geossistêmico considera a inter-relação do homem com as variáveis físicas. A região do meio oeste de Santa Catarina está assentada principalmente no “Geossistema Planalto dos Campos Gerais” e “Geossistema Planalto do Rios Iguaçu e Uruguai” onde os derrames alcalinos intercalaram-se com os arenitos da Formação Botucatu e formaram o domínio geológico do arenito-basáltico (Veado, 2016). A partir dessa formação o solo que mais predomina na região é a classe dos Cambissolos sendo que no Meio Oeste os Cambissolos Háplicos “das encostas basálticas” são considerados Eutróficos, ou seja, de alta fertilidade natural (Moser, 1990). Esses fatores do

quadro físico, aliado com as dinâmicas sociais que ocorriam no Brasil, como crescimento urbano, possibilitaram uma dinâmica de ocupação que visava tanto a subsistência e, ao longo do tempo, abastecer a demanda de gêneros alimentícios no mercado interno.

O povoamento do Brasil está atrelado à dinâmica do capitalismo mercantil em expansão da Europa Ocidental, onde as regiões do nordeste e sudeste brasileiro foram os primeiros a se inserirem em uma divisão social do trabalho mais mundializada. A região sul encontrava-se em constante disputa entre as Coroas Portuguesa e Espanhola durante os séculos XVII e XVIII e essa ameaça de perda das áreas meridionais levou Portugal a ter uma política expansionista para o litoral catarinense inicialmente com vicentistas e posteriormente com colonos açorianos. Dessa forma, a capitania de Santa Catarina passou a ser ponto estratégico de apoio ao comércio da Coroa portuguesa no século XVIII e com o tempo a capitania de Santa Catarina percebeu a necessidade de conhecer o seu interior, ampliar suas posses e domínios territoriais e viabilizar uma maneira de alargar suas fronteiras (Bruggemann, 2008). A fundação da vila de Lages pela capitania de São Paulo em 1771 contribuiu para que os governantes da capitania de Santa Catarina buscassem reivindicar o direito dessa terra e do seu interior.

Conforme Vieira (2011), durante o século XVIII e XIX o território planaltino catarinense vivência nas áreas de campo o nascimento de uma formação social feudal-mercantil que avança para territórios de matas de araucárias e ervais sob a forma da pequena produção posseira cabocla. A descoberta de gado possibilitou um novo olhar sobre o planalto, que no início, se vinculava ao abastecimento das regiões mineradoras e tinha uma característica nômade, mas passou a ser uma região que se sedentarizou, formando vilas, povoados e estâncias coloniais. Dessa forma, a partir da Independência e da Revolução Farroupilha, Lages deixa de ser apenas uma área de abastecimento de tropas e passa para jurisdição e domínio da Capitania de Santa Catarina. Assim a expansão pastoril nos campos nativos do planalto catarinense estabeleceu as bases do poder econômico e político regional. Conforme Darossi (2017) todas as sesmarias da região do planalto estavam em situação irregular, uma vez que, com a dificuldades da administração (Coroa Portuguesa e Capitania de SC) em fiscalizar, fez com que muitos colonos que receberam terras, expandissem suas divisas para além dos limites originais. Assim, a posse por simples ocupação foi o meio de acesso a terras devolutas do Império por diferentes tipos de posseiros que foram aumentando o número de fazendas e comunidades rurais na região.

A ocupação do meio oeste deu-se pela necessidade que as fazendas do planalto de Lages tinham em manter um controle populacional para reproduzir as relações de produção ali existentes. Conforme Peluso (1991), o excedente populacional tinha como alternativa o sertão, uma vez que não possuía poder econômico para criar novas unidades pastoris. Conforme aponta Vieira (2011), as áreas onde havia os ervais combinados com a mata de araucária iam sendo apropriadas pelos próprios senhores de terra, seus peões e agregados e locais mais afastados, em plena floresta, eram utilizados e embrenhados pelos posseiros, camponeses caboclos – excedentes populacionais dos latifúndios, índios de origem missioneira, negros e mestiços (ex-escravos e agregados).

Coletando frutas, caçando, pescando, extraindo erva-mate criando porcos selvagens – engordados pelos pinhões – e cultivando de forma semi-nômade, em clareiras abertas a machado e fogo, se reproduzia a pequena produção cabocla ... Na guerra do Contestado foram estes caboclos os camponeses revoltosos, que lutaram bravamente por suas posses, até a morte ou expropriação. (Vieira, 2011. p. 40).

Conforme Mamigonian (1987, p. 66), a cada fase expansiva do sistema capitalista (fase A dos ciclos longos), o centro do sistema precisa aprofundar a divisão internacional do trabalho, buscando mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, além de expandir geograficamente o seu raio de atuação, incorporando novos territórios. Nesse contexto, as terras da região, que abrangiam partes do planalto catarinense, passaram a ser vendidas para o empresário norte-americano Percival Faquhar, cuja ambição era construir uma ferrovia que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul (Cia. Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande -EFSPRG). O empreendimento visava à extração de madeira e a comercialização de terras, além de integrar economicamente o centro do país ao Sul, região historicamente marcada por tensões fronteiriças e disputas internas, como a Revolução Farroupilha. A concessão da ferrovia foi autorizada no fim do regime Imperial e sua construção ocorreu durante a Primeira República, tendo como eixo principal da construção na porção da Linha Norte. Diante das dificuldades para concluir a construção da ferrovia na Linha Sul – decorrentes da instabilidade política do território, do relevo acidentado, da umidade, da escassez de mão de obra e dos conflitos entre operários e indígenas – Faquhar, incorporou a Estrada de Ferro SP-RS (EFSPRG) à holding Brazil Railway Company (BRC)ⁱ, que já havia

criado, em Três Barras, a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, voltada à exploração da madeira da Floresta da Araucária na região.

A linha Sul da ferrovia acompanhava, ao longo de grande parte de seu percurso, as margens do Rio do Peixe, inserindo-se em um território então disputado entre Paraná e Santa Catarina, ou seja, uma região contestada. Com a conclusão da ferrovia em 1910 e a exploração da região pela BRC – detentora da concessão pública de 15 quilômetros de cada lado da ferroviaⁱⁱ-, teve início a expulsão dos caboclos de suas posses de terras, até então não regularizadas, processo que posteriormente se ampliou para áreas com ações legais envolvendo as terras na região (Espig, 2023). Além disso, a Cia EFSPRG criou uma subsidiária – a Brazil Development & Colonization Company – para promover o loteamento e a colonização das terras próximas aos trilhos com imigrantes europeus. Todo esse cenário intensificou as tensões sociais e econômicas na região, que culminou na Guerra do Contestado. As primeiras colônias de imigrantes na região ocorreram ainda em 1910 nas estações de Rio do Peixe (Piratuba) e Rio das Antas (local onde hoje é divisa de Fraiburgo e Videira) e depois da Guerra e da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina em 1917, as colonizações se deram por intermédio de empresas gaúchas particulares (colonizadoras), que haviam comprado da Cia, grandes áreas de terras, dividindo-as em colônias.

Dessa maneira, com o fim da estrada de ferro, ocorreu a ocupação do interior catarinense, com a comercialização de glebas para imigrantes originários de núcleos coloniais alemães e italianos do Rio Grande do Sul (Vieira e Pereira, 1996). Vale ressaltar que os colonos que migravam eram filhos de pequenos produtores gaúchos impossibilitados de permanecer na propriedade paterna por conta do excedente populacional e do superaproveitamento do solo (Espíndola, 1999). Os pequenos produtores passaram a desenvolver a colheita da erva-mate, a produção de alfafa para alimentação dos animais e a extração da madeira carregadas por juntas de boi e enviar para o mercado local e nacional distribuída pela ferrovia. Conforme Cunha (1992), o setor madeireiro passou por uma grande expansão e respondia por 14,8 % da produção industrial catarinense em 1939, chegando, no ano de 1949 a ser responsável por 20,8%. O comércio da região crescia e se expandia, uma vez que a produção de madeira de boa qualidade era facilmente colocada no mercado, possibilitando a reprodução social e atraindo a vinda de colonos para o Meio Oeste (Emerique, 2010).

Fraiburgo se encontra na área de transição entre a Mata das Araucárias e os campos gerais de Curitibaanos. No início do século XVIII a região foi ocupada por tropeiros sendo denominada de Sertão de Curitiba e posteriormente de Curitibaanos. Ao longo do século XIX foi ocupada por pequenos e médios sitiantes, em sua maioria posseiros vindos dos grandes campos de Lagesⁱⁱⁱ, que habitaram uma localidade conhecida por Taquaruçu, local do primeiro conflito da guerra do Contestado. Durante este período, grandes áreas de terra foram concedidas pelo então governador Adolfo Konder a outros políticos influentes do Estado, dentre as quais se destacam as fazendas Butiá Verde e Liberata. Em outro ponto do território existia a colônia alemã, conhecida como Marechal Hindemburgo. Segundo Burke (1994), ao longo da década de 1930, a colônia contava com boa infraestrutura, incluindo escola, igreja, hotel, farmácia, cartório, moinho, açougue entre outros serviços. Na década de 1940, passou a se chamar X de Novembro, em razão do nacionalismo promovido pelo Estado Novo varguista.

A produção acelerada de madeira esgotou a matéria-prima das proximidades, sendo necessário buscar reservas mais distante. Dessa maneira, era comum que entre proprietários de terras e comerciantes se associassem para a instalações de serrarias, processo conhecido como “serrar as meias” (Lopes 1985; Emerique 2010). Os irmãos Frey figuram entre aqueles que se associavam para a exploração da madeira da região e passaram a negociar com os proprietários da fazenda Butiá Verde, comprando-a posteriormente. Não demorou para que os irmãos obtivessem sua própria serraria e açougue nas localidades, passando a usurpar o nome da região para Fraiburgo, para assim permitir uma melhor divulgação dos produtos de suas firmas. Vale salientar que sem a presença dos imigrantes, principalmente italianos, excelentes produtores rurais e pequenos pecuaristas, seria impossível desenvolvimento da cidade, bem como a atividade extrativa da região. A partir da implementação da serraria e de acumulação de capital, outras famílias migraram para a região, criando novos negócios e empreendimentos de origem italiana e alemã.

Com as dificuldades imposta pela extração da madeira, bem como sua própria escassez, buscou-se novas alternativas para diversificação econômica na região, com destaque para a uva, produzida por colonos italianos em Videira. Posteriormente houve o reflorestamento da região, o loteamento de terrenos para atrair urbanização e por fim, a fruticultura de clima temperado como a maçã. Em 1961, Fraiburgo consegue sua emancipação, incorporando em seu território o distrito de X de Novembro, que anteriormente

pertencente a Videira e Taquaruçu e Liberata, partes antes de Curitiba. Atualmente, conforme aponta Silva (2017) em sua pesquisa sobre o município, a cidade, intitulada “Terra da maçã”, vem perdendo cada vez mais área de produção da macieira para outras culturas como os grãos de milho e soja.

Na região do Meio Oeste, observa-se a ocorrência de dois períodos distintos da evolução dos meios de produção. Inicialmente, os posseiros caboclos que adentravam o interior – impossibilitados de permanecer nos campos de Lages - atuavam como pioneiros na região do Sertão de Curitiba. Após sua expulsão e exclusão das terras próximas à ferrovia, passaram a se estabelecer em outras áreas, trabalhando em qualquer empreendimento que surgisse. Em um segundo momento, com a chegada de imigrantes europeus por meio de companhias de colonização privada, estes se instalaram na região e passaram a comercializar diferentes produtos agrícolas, obtendo meios para ampliar suas produções e impulsionar uma diferenciação social no complexo rural. Esse processo resultou em uma pequena produção mercantil, associada às serrarias e outras atividades econômicas. Observa-se, ainda, que com o avanço de famílias gaúchas, descendentes das antigas colônias riograndenses, o povoamento do Meio Oeste passou a se apoiar também na indústria extrativa, bem como outras atividades econômicas.

Percebe-se que a ocupação da região se deu através de muitas lutas e tentativas de produção na terra, tanto pelos caboclos, como também pelos imigrantes. No final da década de 1980 a luta pela terra ocorreu pelos assentamentos de famílias do Movimento Sem Terra em Santa Catarina que vai culminar no surgimento da Escola Agrícola 25 de Maio. Assim, a escola faz parte da luta do movimento pela democratização da educação escolar no meio rural.

Desde sua criação, a escola destacou-se pela participação ativa da comunidade por meio do Conselho Escolar, que articulou a instituição com os assentamentos, planejando ações e engajando educadores no projeto pedagógico. Baseado em teóricos socialistas como Makarenko e Pistrak, o projeto buscou formar trabalhadores através de uma estrutura participativa, resistindo às pressões dos órgãos oficiais para se adequar a modelos tradicionais. Essa organização autônoma, com discussões periódicas, conferiu à escola grande visibilidade, atraindo não apenas a comunidade local, mas também, pessoas de outras regiões. No entanto, mesmo com essa força contra-hegemônica, o êxodo rural e a busca por oportunidades educacionais e de emprego nas cidades desafiam a permanência dos estudantes no campo. Na elaboração do curso técnico em agroecologia, havia incertezas, mas a

convicção de que ele deveria formar profissionais capazes de atuar nos assentamentos, alinhados às diretrizes políticas do MST. Assim, a escola mantém seu compromisso com uma educação transformadora, mesmo diante dos obstáculos impostos pela realidade socioeconômica.

Nesse sentido, apresentaremos uma breve abordagem da educação do MST no Brasil e depois nos debruçaremos em compreender a importância social e educacional que a escola tem em existir no município que tanto lutou pelo acesso à terra com os caboclos e com os imigrantes e agora também pela permanência de uma educação que visa promover a agroecologia.

A Educação no MST, breve histórico

A luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil toma um novo impulso a partir da organização e formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais do Sem Terra (MST), movimento social que foi gestado nos fins da década de 1970, a partir das resistências e lutas no interior do campo Brasileiro. Nesse sentido, Caldart (2013) considera a Educação do Campo como um conceito para análise, já que se propôs a entender, produzir sobre, e buscar intervenções na realidade. Em 1989 o MST começa a pensar numa escola voltada para a escolarização de jovens do campo de todo o Brasil. Naquele ano se realizam reuniões entre movimentos sociais, movimentos sindicais do campo e religiosos, sendo que “... esta foi a primeira iniciativa de criação de uma escola formal de jovens e adultos diretamente conduzida por movimentos sociais a que se vinculou o MST.” (Caldart, 2013, p. 22).

A partir das necessidades vivenciadas no meio rural, emerge a luta pela Educação do campo, motivada, sobretudo, pela carência de oportunidades para que as crianças e jovens pudessem estudar e participar ativamente de suas realidades, tanto no âmbito da comunidade quanto da família. O MST, com apoio de organizações como a Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), organizou o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera). Esse evento, realizado em julho de 1997, foi um marco importante nas discussões sobre a Educação no Campo.

A partir do I ENERA ocorreram diversas reuniões com o objetivo de realizar da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. A partir disso, em julho de 1998,

foi criada a denominação conhecida por Educação do Campo e passou-se a firmar diretrizes para essa área de formação. Essa modalidade de ensino é crucial, ao passo que “... concepções políticas do Estado, ao longo de nossa história ...”, ignoraram os interesses dos trabalhadores rurais e promoveram uma educação a partir de uma concepção de mundo urbanocêntrica”, o que não estava de acordo com a realidade territorial vivenciada por essas pessoas. (Frigotto, 2010, p. 35).

A discussão sobre a Educação do Campo na Primeira Conferência foi muito importante para ampliar o debate. Além das conversas promovidas pelos movimentos sociais, alguns setores da sociedade e instituições públicas, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram mobilizados para buscar mais recurso e apoio. Nesse período, o MDA criou o Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA). Todas essas organizações e instituições se envolveram depois na elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e na criação do Programa de Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), entre outras iniciativas.

Nesse sentido, Domingues et al (2021) explicam que, a luta pela terra e pela escola do campo, vão contribuir para a construção de uma política pública de educação para o meio rural, com a particularidade, de que esta, se encontra voltada para um projeto de sociedade que supere a ordem atualmente estabelecida. Esta relação entre a luta pela terra e a educação, acontece,

Nas primeiras ocupações de terra, antes mesmo da organização formal do MST, já se registra a presença de escolas nos acampamentos, culminando também na organização do Setor de Educação do Movimento. A tarefa desse setor vai além da conquista de escolas para as áreas de reforma agrária, buscando manter uma relação de coerência entre o Projeto Político-Pedagógico das escolas, as necessidades dos sujeitos do campo que ali estudam e os objetivos estratégicos da organização coletiva que se vinculam. (Caldart, 2013, p. 21).

Silva e Sousa (2018) nos apresentam em seu artigo sobre essa temática que, o trabalho ocupa um lugar central no projeto educativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo compreendido não apenas como uma atividade produtiva, mas como um instrumento pedagógico e formador de consciência crítica e revolucionária, em consonância com os preceitos da democracia. Desde as ocupações de terra até o cotidiano nos assentamentos, passando pelas práticas escolares, pelas ações organizativas e pelas intervenções sociais mais amplas, o trabalho é concebido como momento formativo, voltado à construção de uma prática transformadora e à formação de sujeitos políticos comprometidos

com a superação das desigualdades.

Dessa maneira, conforme Frigotto (2010), a educação do campo resulta das lutas e resistências dos trabalhadores organizados em movimentos sociais, que questionam a educação rural e o ruralismo pedagógico^{iv}, em defesa de uma formação alinhada aos interesses dos povos rurais e voltada a um projeto de desenvolvimento e de vida dignos. Nessa temática, retoma-se Freire (1983), que compreende a educação como prática da liberdade e como ferramenta de luta política voltada à emancipação dos sujeitos.

Nesse sentido, o MST propõe uma educação que insere o trabalho como categoria estruturante de um projeto político-pedagógico emancipador, capaz de romper com a lógica alienante da sociedade capitalista. Trata-se de uma proposta educativa comprometida com a prática social, que articula conhecimento, ação e reflexão crítica, que fortalece o protagonismo dos povos do campo buscando integrar os aprendizados teóricos às realidades de suas famílias e comunidades.

A luta pela terra, por sua vez, deixa de ser apenas uma reivindicação de acesso ao território para tornar-se elemento estratégico na construção de um projeto de sociedade pautado na justiça social, na equidade e na valorização da vida no campo. É nessa direção que as experiências escolares desenvolvidas pelo MST e por outras organizações camponesas ganham sentido: são expressões concretas de uma luta que articula terra, trabalho e educação como fundamentos para uma transformação estrutural e duradoura. Assim, a escola do campo, forjada nas lutas e nos sonhos de um povo em movimento, torna-se espaço de luta e resistência, de criação e de afirmação de outro modo possível de viver, produzir e educar. É o que apresentaremos na próxima seção, com o exemplo da Escola 25 de Maio de Fraiburgo em Santa Catarina.

A escola MST em Fraiburgo

Em 25 de maio de 1985, ocorreu a primeira e maior ocupação de terra organizada pelo MST em Santa Catarina, no município de Abelardo Luz, com a participação expressiva de aproximadamente 2.300 famílias. Destas, 85 foram destinadas ao município de Fraiburgo, onde, em 1986, foram criados os assentamentos União da Vitória e Vitória da Conquista. No ano seguinte, em 1987, foram construídas provisoriamente duas escolas para atender às séries iniciais do ensino fundamental. Em 1988, entre os dois assentamentos, foi instalado o Centro de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Rural, que promovia ações à escolarização, à

formação profissional, ao esporte, à cultura, à recreação e ao apoio às famílias assentadas. Desse projeto nasceu a primeira escola agrícola da região, ofertando ensino da 5ª à 8ª série, correspondentes ao 6º ao 9º ano - os anos finais do ensino fundamental.

A construção da Escola 25 de Maio foi viabilizada ainda no ano de 1987, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) destinou 32 hectares de terra para sua implantação. A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina ficou responsável pela elaboração e construção das primeiras salas de aula, bem como pela contratação de professores e profissionais de apoio. Sendo uma escola do campo, era primordial que houvesse espaços externos destinados à criação de animais e à realização de práticas agrícolas. O primeiro desses espaços foi construído com o apoio da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), voltado à criação de suínos, além da aquisição de diversos equipamentos agrícolas.

O MST atuou como principal articulador e organizador do espaço escolar, assumindo, na prática, o papel de gestor. Desde então, a presença ativa das comunidades dos assentamentos União da Vitória e Vitória da Conquista tem sido uma marca da escola. A inauguração oficial ocorreu em 1989, ano em que a instituição passou a ser administrada pelo governo estadual, adotando um currículo com ênfase nas disciplinas de Agropecuária, com o objetivo de garantir uma formação técnica mínima aos filhos dos agricultores, permitindo-lhes colaborar com o trabalho familiar por meio dos conhecimentos adquiridos. Na Figura 01 a seguir, apresenta-se a localização da Escola.

Figura 01 – Localização da Escola 25 de Maio



Fonte: Elaborado por Karine Domingues a pedido dos autores (2025).

A partir de 1997, com as novas diretrizes do Ministério da Educação (MEC), as disciplinas relacionadas à agricultura foram excluídas da proposta curricular da escola. Em 2000, ela passou a ser oficialmente denominada Escola de Ensino Fundamental 25 de Maio. Frente a essa mudança, a comunidade escolar e o coletivo docente mobilizaram-se para manter os conteúdos da área agrícola. Alguns professores passaram, inclusive, a ministrar voluntariamente disciplinas voltadas à agricultura, em contestação às orientações da Secretaria de Educação do Estado.

No trabalho de Domingues et al. (2021), explicam que a escola, desde sua origem, destinava-se ao atendimento de alunos oriundos de acampamentos e assentamentos da região, público que ainda constitui a maioria dos seus estudantes. Uma das escolas provisórias manteve as séries iniciais em funcionamento até 2012, quando foi unificada à Escola 25 de Maio, ampliando-se, assim, a oferta de ensino para todas as etapas do ensino fundamental. Atualmente, a escola oferece Ensino Fundamental, administrado pelo município, e o Ensino Médio Integrado, que é gerido pelo Estado. A Escola sofre constantes desfalques na contratação de profissionais, muito por conta da falta de infraestrutura em estradas e da ausência de transporte público em horários alternados. Compreendemos que a manutenção e continuidade do curso técnico em Agroecologia são importantes para que as crianças e jovens

da região não tenham que deixar suas localidades em busca de escolas nas áreas urbanas, favorecendo assim, cada vez mais a permanência dos jovens no campo.

O conhecimento técnico e teórico é integrado à prática pedagógica por meio do Projeto de Escola Pública Integrada (EPI), implantado em 2006. Esse projeto adota um currículo que combina as disciplinas obrigatórias da base comum com outras treze disciplinas diversificadas, compondo uma proposta educacional voltada à formação integral dos estudantes. Diante da dificuldade de acesso ao ensino médio e da demanda por continuidade dos estudos, a escola passou a ofertar, a partir de 2002, o Ensino Médio noturno. Em 2004, foi iniciado o curso técnico em Agroecologia, sendo a primeira turma viabilizada por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e a segunda em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, em regime subsequente, com duração de três anos e divididos em seis etapas (duas por ano).

O curso técnico em Agroecologia foi estruturado com carga horária total de 1.680 horas/aula, com base nas metodologias do “Tempo Escola” e “Tempo Comunidade” em que os estudantes cumprem 1.440 horas em atividades escolares e 240 horas em atividades comunitárias, desenvolvendo, nas propriedades familiares, as práticas aprendidas em sala de aula. Essa proposta reforça a articulação entre formação acadêmica e realidade social e fortalece os vínculos entre conhecimento e prática no cotidiano das famílias agricultoras (Domingues et al., 2021).

Figura 02 – Escola Agrícola 25 de Maio, Fraiburgo/SC



Fonte: Acervo Rosane Lima, 2023.

Ressalta-se que a Escola 25 de Maio é destaque no ensino público em Agroecologia, no Estado de Santa Catarina. Com formato em Pedagogia da Alternância, possibilita que os estudantes fortaleçam os conhecimentos no tempo escola e no tempo comunidade. Sendo essa dinâmica reconhecida em Santa Catarina e amparado pela LDB, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 e outras legislações referentes a Educação do Campo. Sobre a Pedagogia da Alternância, autores explicam que esse modelo educacional promove uma flexibilização no calendário letivo para que se amplie as fronteiras físicas da escola promovendo uma aprendizagem em outros ambientes, como as propriedades rurais, assentamentos, acampamentos, além de participação em outros movimentos sociais que existem na comunidade (Domingues et al., 2021).

Assim, a Escola Agrícola 25 de Maio no município de Fraiburgo, no Meio Oeste de Santa Catarina, nos ensina que é muito mais do que um espaço de ensino. Com base em tudo que vimos até aqui, a Educação no Campo, nessa experiência se mostra como um símbolo de luta, resistência, conquista social e transformação na realidade rural. Conforme Álvaro Santin (2019), na comemoração de 30 anos de existência da Escola, resume com clareza o que se pretendeu discutir até aqui:

é preciso retomar o significado que tem a agricultura para a humanidade, pois se trata de algo sagrado. Por isso, a escola 25 de Maio não surge simplesmente para formar técnicos, mas para formar para um novo modelo agrícola, no qual se cultive a natureza e se aprenda observar a natureza, pois ela é sabia ... Contribuímos assim para a construção de uma sociedade onde não tenha exploração dos seres humanos sobre outros seres humanos, nem sobre a natureza (Santin, 2019).

Destaca-se a importância da formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos, preparados para atuação no meio rural, com conhecimento técnico, científico e sobretudo, prático. A partir de Freire (1983), que defende uma educação corajosa, na qual os educandos refletem sobre a realidade em que vivem e constroem leituras de mundo a partir das relações em que estão inseridos, torna-se necessário que a educação valorize e respeite os povos do campo. É notável que a escola integra e fortalece os conhecimentos científicos e populares, promovendo a identidade de seus trabalhadores no campo, valorizando a agroecologia e contribuindo para a justiça social.

Considerações finais

Ao longo desse artigo vimos que depois da fundação da colônia de Lages e posteriormente sua passagem para a Capitania de Santa Catarina que formação socio-espacial da região do Meio Oeste catarinense passa a ocorrer. Devido a necessidade que as fazendas do planalto catarinense tinham em não se ter um excedente populacional devido sua economia pastoril, posseiros e camponeses caboclos passam a se estabelecer em terras mais distante, ultrapassando as áreas de campos adentrando áreas da mata de araucárias.

Como se observou, a chegada da ferrovia ocorreu mediada pelas potências estrangeiras que buscavam exportar materiais já obsoletos nas suas nações de origem e isso levou a região do Meio Oeste ser alvo da extração de madeira bem como a expropriação de terra dos caboclos, ocorrendo assim a Guerra do Contestado. A empresa com a missão de fazer a ferrovia também criou loteamentos de diversas terras promovendo a vinda de famílias coloniais do Rio Grande do Sul de origem alemã e italiana. Dessa maneira, os imigrantes passaram a desenvolver diversos empreendimentos na região, como as serrarias e posteriormente as frutas de clima temperado e assim impulsionaram uma diferenciação social no complexo rural da região, iniciando uma pequena produção mercantil que se desenvolveria mais adiante.

Procuramos também trazer um pouco do resgate histórico da educação do campo no contexto do MST no país. Evidenciando suas lutas para a constituição de escolas no campo como meio de ampliação da cidadania, pois a luta pela educação caminha junto com a luta pela terra. A Escola Agrícola 25 de Maio apresenta suas premissas muito baseadas na questão do triângulo: terra, trabalho e educação, como forma de resistência e de protagonismo dos sujeitos inseridos no campo. Como analisado, a região travou disputas pela terra e sua permanência desde o início de sua formação sócio-espacial, com os caboclos, com a Guerra do Contestado e posteriormente com os imigrantes europeus. A existência da escola no município é também uma maneira de perceber e lembra que a luta pela terra continua presente na realidade da região.

Por meio da agroecologia e da Pedagogia de Alternância foi mostrado o compromisso dessa instituição na integração dos saberes teóricos e práticos, promovendo uma educação múltipla, que valoriza as interações sociais e que visa valorizar toda a luta e importância que a Escola possui para a região em que se insere. Atualmente, em meio a um cenário em que a

democracia vem sendo fortemente atacada, torna-se ainda mais urgente refletir sobre o papel transformador das escolas do MST. Nesse sentido a Escola Agrícola 25 de Maio do município de Fraiburgo/SC, ao adotar um viés político, social e agroecológico, não apenas promove a formação crítica e cidadã, mas também reafirma a importância da educação como instrumento de resistência e construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Portanto, a formação socioespacial de Fraiburgo reflete um processo histórico de lutas e resistências que remonta à presença dos caboclos e posseiros, à chegada dos imigrantes e aos conflitos do Contestado, que marcaram profundamente a organização social e territorial da região. Essa trajetória evidencia um espaço moldado pela disputa por terra, pela afirmação das identidades camponesas e pela busca por condições dignas de vida no campo. Nesse contexto, a criação da Escola Agrícola 25 de Maio representa a continuidade dessa história de resistência, agora expressa pela luta pela Educação do Campo como instrumento de emancipação social. A escola assume um papel central ao integrar o conhecimento técnico e científico aos saberes populares, articulando educação e trabalho e promovendo uma agricultura pautada nos princípios da agroecologia, da justiça social e da sustentabilidade. Assim, ao reafirmar o valor da permanência no campo e a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos, a Escola 25 de Maio consolida-se como símbolo da transformação social e da resistência camponesa no meio rural catarinense, apontando caminhos para um futuro mais justo e solidário.

Referências

Bruggemann, A. A. (2008). *Ao poente da Serra Geral: A abertura de um caminho entre as capitâneas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Burke, T. J. (1994). *Fraiburgo: Do machado ao computador*. Gráfica Vicentina.

Caldart, R. (2000). *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Caldart, R. (2013). *Escola e movimento*. 1. ed. São Paulo: Instituto de Educação Josué de Castro, Expressão Popular.

Cholley, A. (1964). Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. *Boletim Geográfico*, 22(179), mar/abr. CNG/IBGE.

Cunha, I. J. (1992). *O salto da indústria catarinense: Um exemplo para o Brasil*. Florianópolis: Paralelo 27.

Darossi, F. P. (2017). *A Lei de Terras em Santa Catarina e a consolidação do Estado Imperial Brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Domingues, S., Santos Júnior, C. F. dos., Nunes, A., & Bonadiman, A. (2021). Agroecologia e Pedagogia da Alternância: um estudo de caso da Escola Tecnológica de Fraiburgo, Santa Catarina. *Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos*, 102(262), 764–786. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102i262.4247>

Escola de Educação Básica 25 de Maio. (2018). *Projeto político-pedagógico*. Fraiburgo, SC.

Emerique, L. P. (2010). A produção de maçãs no sul do Brasil. *Cadernos Geográficos*, (21), [sem página específica]. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências.

Espig, M. J. (2023). O trem do futuro e suas ciladas: A construção da ferrovia do Contestado. In R. R. Rodrigues et al. (Orgs.). *A guerra santa do Contestado tintim por tintim* (pp. 127–139). São Paulo: Letra e Voz.

Espíndola, C. J. (1999). *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Grifos.

Freire, P. (1983). *Pedagogia do oprimido* (12ª ed.). Paz e Terra.

Frigotto, G. (2010). Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In A. Munarim et al. (Org.). *Educação do campo: reflexões e perspectivas* (p. 19-46). Florianópolis, SC: Insular.

Mamigonian, A. (1987). Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. *Revista Geosul (UFSC)*, 2(3), Florianópolis.

Marx, K. (1983). *O capital: Crítica da economia política* (Vol. 1, Tomo 1). São Paulo: Abril Cultural.

Moser, J. M. (1990). Solos. In IBGE (Ed.), *Geografia do Brasil: Região Sul* (Vol. 2). IBGE.

Peluso Junior, V. A. (1991). Aspectos geográficos de Santa Catarina. Florianópolis: FCC/EDUFSC.

Santin, A. (2019, 5 de novembro). *Escola do MST comemora 30 anos em Santa Catarina*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. <https://mst.org.br/2019/11/05/escola-do-mst-comemora-30-anos-em-santa-catarina/>

Santos, M. (1977). Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, (54), 81–100.

Silva, J. Jonas B. da., & Sousa, M. L. P. de. (2018). A Educação no MST: um instrumento de luta revolucionária no campo. *Revista De Políticas Públicas*, 22, 1213–1230. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22nEp1213-1230>

Silva, M. da. (2017). *A geografia do capital em Fraiburgo-SC: Da araucária à produção de grãos* (153 p.).

Lopes, G. P. (1985). *Glória de pioneiros: Vale do Rio do Peixe 1930–1984*. Editora Littero-Técnica.

Veado, R. W. a. V. (2016). Capítulo 1 – Geossistemas de Santa Catarina. In I. de O. Rocha (Org.), *Atlas geográfico de Santa Catarina: Diversidade da natureza – Fascículo 2* (2ª ed.). Secretaria de Estado do Planejamento, Diretoria de Estatística e Cartografia; Editora da UDESC

Vieira, M. G. E. de D., & Pereira, R. M. F. do A. (1996). Formações sócio-espaciais catarinenses: Notas preliminares. In *Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina*.

Vieira, M. G. E. D. (2011). Notas sobre a gênese das formações sócio-espaciais do planalto catarinense. In A. Mamigonian (Org.). C. J. Espínola et al., *Santa Catarina: Estudos de geografia econômica e social*. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC.

ⁱ Em junho de 1909 ocorre o contrato definitivo, quando a holding passa a deter direitos de exploração da rede, podendo administrar e dirigir toda a concessão existente e futura. A BRC foi construída para abarcar vários empreendimentos não só no Brasil como também na América Latina, visando aquisição e controle de linhas férreas, portos, terras e colonização.

ⁱⁱ De acordo com os termos da concessão, a empresa ganhou do governo um total de 15.894 km² de terras, que deveria vender a título de colonização. Pelo trecho catarinense no Contestado, a EFSPRG recebeu 6.696 km² de terras, equivalentes a 276.694 alqueires.

ⁱⁱⁱ Para compreender a ocupação do território onde hoje compreende a cidade de Fraiburgo ver Silva, 2017.

^{iv} Nesse discurso, prega-se a importância do estudante da escola rural na economia do Brasil, porém via nessas práticas um problema para a produtividade. Vendo, de certa maneira a criança do campo como um problema.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 25/04/2025
Aprovado em: 09/10/2025
Publicado em: 17/12/2025

Received on April 25th, 2025
Accepted on October 09th, 2025
Published on December, 17th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Santos, A. R., Perotto, Y. L., Martins, R. E. M. W., & Espíndola, C. J. (2025). Território, Luta e Educação: A Experiência da Escola Agrícola 25 de Maio em Fraiburgo (SC). *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19798.